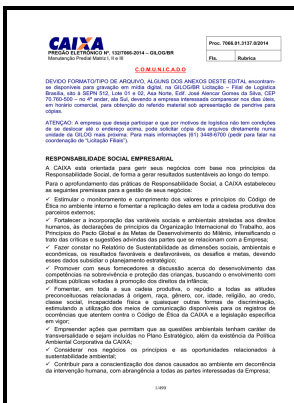


In)eficiência do direito penal moderno para a tutela do meio ambiente (Lei no. 9,605/98) na sociedade de risco

Editora Lumen Juris - A tutela do meio ambiente e responsabilidade civil ambiental



Description: -

-in)eficiência do direito penal moderno para a tutela do meio ambiente (Lei no. 9,605/98) na sociedade de risco

-in)eficiência do direito penal moderno para a tutela do meio ambiente (Lei no. 9,605/98) na sociedade de risco

Notes: Includes bibliographical references (p. 199-212).

This edition was published in 2004



Filesize: 38.102 MB

Tags: #A #tutela #do #meio #ambiente #e #responsabilidade #civil #ambiental

A (In)Eficiencia Do Direito Penal Moderno Para A Tutela Do Meio Ambiente (Lei 9.605/98) Na... (pdf)

Suponhamos, agora abordando um outro aspecto do mesmo contexto, que determinados cidadãos que vivam perto daquela indústria poluidora em virtude dos gases tóxicos por ela emitidos, venham a desenvolver uma doença pulmonar incapacitante para o trabalho.

A (In)Eficiencia Do Direito Penal Moderno Para A Tutela Do Meio Ambiente (Lei 9.605/98) Na... (pdf)

Nenhum destes termos é unívoco detentor de um significado único, mas, ambos são equívocos mesma palavra com significados diferentes.

A tutela do meio ambiente e responsabilidade civil ambiental

No começo, em vez de DNA, teríamos estruturas mais simples, como o RNA. Porto, Série de Direito, número especial, nov.

Tutela penal do meio ambiente na sociedade de risco: uma hermenêutica possível e necessária para a aplicação dos artigos 48 e 64 da Lei 9.605/98

Aliás, é a partir do estudo do bem jurídico ambiental, que se busca analisar o princípio da insignificância, objeto de estudo do presente trabalho.

A (In)Eficiencia Do Direito Penal Moderno Para A Tutela Do Meio Ambiente (Lei 9.605/98) Na... (pdf)

Nesse sentido, Machado 2007, p. No atual estágio de desenvolvimento da sociedade, o ser humano, ao mesmo tempo em que demonstra uma impressionante capacidade técnica e científica, também confessa uma inpotência grandiosa em termos de convívio civilizado.

Tutela penal do meio ambiente na sociedade de risco: uma hermenêutica possível e necessária para a aplicação dos artigos 48 e 64

da Lei 9.605/98

Da leitura do dispositivo Édís Milaré 2000 conclui que o bem ambiental possui a natureza de direito público subjetivo, ou seja, exigível e exercitável em face do próprio Estado, que também tem a missão de protegê-lo. Trata-se, portanto, de crime permanente.

Related Books

- [Faoi Chrann Smola](#)
- [Slovenski panteon - slovenskiot politeizam - PRO et CONTRA : folkloristička diskusija](#)
- [Vancouvers past](#)
- [Dilan diyan kaun jane.](#)
- [Semi-join method for evaluating Hy+ filter queries](#)